Estado suspende prazos de licenciamento ambiental e outros atos

Seg 23 março

O [Governo de Minas](#), por meio da Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) suspendeu os prazos referentes aos atos processuais praticados no licenciamento ambiental, intervenção ambiental, outorga de direito de uso de recursos hídricos e fiscalização. A medida é mais uma ação adotada pelo Executivo, que altera o funcionamento de diversos equipamentos, em prevenção à pandemia de coronavírus (Covid-19).

A decisão vale até 30 de abril e será aplicada para todos os atos autorizativos da [Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável \(Semad\)](#), [Instituto Mineiro de Gestão das Águas \(Igam\)](#), [Instituto Estadual de Florestas \(IEF\)](#) e [Fundação Estadual do Meio Ambiente \(Feam\)](#). A medida atende ao artigo 5º do Decreto 47.890, publicado sexta-feira (20/3), no Diário Oficial de Minas Gerais.

A suspensão se dará em cenários como:

- Contagem dos prazos referentes aos atos processuais praticados no licenciamento ambiental, autorização de intervenção ambiental e outorga de direito de uso de recursos hídricos, tais como:
 - a) pendências documentais para formalização no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA;
 - b) informações complementares;
 - c) cumprimento de condicionantes;
 - d) solicitação de realização de audiência pública;
 - e) cumprimento do cronograma aprovado em sobrestamento de processos, previsto no Art. 23º, Parágrafo 2º do Decreto 47.383/2018;
 - f) apresentação de manifestação de órgão interveniente, nos moldes do Art. 26 do Decreto 47.383/2018;
 - g) comunicação de encerramento de atividade ou de empreendimento, bem como de paralisação temporária.
- Contagem de prazos para a formalização de processo de renovação de licença de instalação ou operação;
- de pedido de prorrogação de licença de operação, conforme Deliberação Normativa nº 233/2019;
- de contagem dos prazos de conclusão dos processos administrativos de licenciamento ambiental;

- Contagem de todos os prazos para cumprimento de obrigações estabelecido nos Termos de Ajustamento de Condutas (TAC) que foram celebrados pelos órgãos do Sisema;
- Contagem dos prazos nos processos administrativos decorrentes do exercício de poder polícia, com ressalvas aos de natureza emergencial e poluição;
- Contagem dos prazos nos processos administrativos de fechamento de mina;
- Contagem de prazos relativos aos cadastros e registros realizados pelo IEF como a possível venda a terceiros de motosserras, tratores e equipamentos similares;
- Nas alterações de pessoas físicas ou jurídicas que exercem atividade de aquicultura;
- Para o requerimento da baixa do registro de atividades de aquicultura;
- No prazo para protocolar a documentação referente aos casos de salvamento emergencial de fauna silvestre terrestre e aquática;
- Contagem dos prazos processuais para instituição de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN);
- Contagem de prazos nos processos de compensações ambientais sob a competência do IEF;
- Contagem de prazos para aplicação do fator de qualidade referente às unidades de conservação, conforme previsto na Deliberação Normativa Copam 234/2019;

Com relação aos processos de fiscalização da Semad, é importante destacar que entre as penalidades previstas no Decreto 47.383 de 2018, a suspensão de atividades, o embargo de atividades, a suspensão de venda e fabricação de produto, e a restritiva de direitos geram efeitos imediatos.

Nesse caso, os efeitos são imediatos desde que o empreendedor tenha sido cientificado do auto de infração por uma das formas previstas no Artigo 57 do Decreto 47.383.

A questão da discussão dessas penalidades por meio da defesa ou de um possível recurso dentro do processo administrativo é que terá os prazos suspensos. As medidas cautelares e emergenciais previstas no Artigo 123 e nos artigos seguintes do Decreto 47.383/2018 também devem ser executadas imediatamente.

O secretário Germano Vieira destacou que a contagem dos prazos começará a ser considerada, novamente, no primeiro dia útil após o término da suspensão. Vieira salientou ainda que a suspensão prevista pelo Governo do Estado não tira, dos empreendedores e demais pessoas que utilizam os serviços descritos acima, a obrigação de implantar e manter os sistemas de mitigação e controles ambientes relacionados às atividades exercidas.